

O E S S E N C I A L S O B R E

A Língua Portuguesa como Ativo Global

Luís Reto, Nuno Crespo, Rita Espanha,
José Esperança e Fábio Valentim

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

O E S S E N C I A L S O B R E

A Língua Portuguesa como Ativo Global

Coordenação de Luís Reto

Nuno Crespo

Luís Reto

José Esperança

Rita Espanha

Fábio Valentim

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

C CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Índice

- 9 **Introdução**
Capítulo I
- 17 **A galáxia linguística atual**
Capítulo II
- 23 **De língua local a língua global**
Capítulo III
- 35 **Dimensão económica da língua**
Capítulo IV
- 49 **Em busca de uma ordenação de línguas
globais**
Capítulo V
- 97 **As redes do Instituto Camões e dos
centros culturais do Brasil e o Instituto
Internacional da Língua Portuguesa**
Capítulo VI
- 113 **Perceção e uso do português pelos
estudantes do Camões, I. P.**
- 137 **Considerações finais**
- 142 Referências bibliográficas
- 147 Fontes estatísticas, documentais
e institucionais
- 148 Anexos

Capítulo I

A galáxia linguística atual

Na história da evolução das línguas podemos estabelecer algum paralelismo com a história da evolução das espécies. Num e noutro caso constatamos dois movimentos similares. O primeiro, no sentido de diversidade, das espécies e das línguas, seguido de um movimento oposto de diminuição da diversidade e do número, tanto nas espécies animais e vegetais, como das línguas. O segundo é que este processo é influenciado decisivamente pela ação do homem sobre a natureza, no caso das espécies, e totalmente pela correlação de forças na história das comunidades humanas, no caso da diminuição da diversidade linguística.

De facto, as espécies animais e vegetais conheceram um crescendo de diversificação a partir do momento em que as condições de vida na terra se foram estabilizando. No entanto, sabemos bem que a diversidade animal e vegetal se encontra em progressiva diminuição por ação da nossa atividade e do crescente número de seres humanos no *habitat* terrestre.

Algo de semelhante se passou no campo linguístico. O grupo reduzido de homínídeos que a partir do continente africano se espalhou por toda a superfície terrestre, dando lugar a centenas de comunidades de *Homo sapiens*, provocou, na sua dispersão, o nascimento de milhares de diferentes línguas próprias de cada grupo, originando uma Babel bem referenciada em textos bíblicos e nas representações artísticas ao longo da História.

Porém, o contacto entre essas várias comunidades por motivos de caça, guerra, trocas, ou outros, obrigou invariavelmente à criação de elementos de intercompreensão linguística que possibilitaram as relações entre os vários grupos e o crescimento numérico dessas comunidades.

Por força do desenvolvimento agrícola, ou da conquista, por parte das comunidades mais fortes, teve início um processo de afirmação de umas línguas face a outras, conduzindo ao desenvolvimento das línguas dominantes, sempre na forma escrita, enquanto outras iam desaparecendo, ou permaneciam apenas na sua forma oral. A Babel original conhece assim uma progressiva diminuição da sua diversidade à medida que os sucessivos poderes imperiais vão impondo as suas línguas às comunidades conquistadas.

O conhecido processo de adaptação/evolução das espécies humanas e vegetais parece, pois, repetir-se no universo linguístico, não por força do ambiente, mas, neste caso, pela dinâmica das relações de força entre as várias comunidades humanas.

No entanto, este é um processo com avanços e recuos, implicando que línguas temporariamente dominantes desapareçam e outras, até aí dominadas,

venham a florescer. As relações de força dominantes em cada período histórico foram tecendo a história linguística da humanidade num percurso nada linear.

Uma coisa, porém, é certa. À medida que os impérios se foram alargando, a diversidade linguística primitiva começou a conhecer retrocessos.

No caso do Ocidente, depois da queda dos Impérios Grego, Romano e Árabe, parecia que a diversidade linguística voltaria a ganhar a batalha contra o domínio de línguas imperiais como o latim ou o árabe. Porém, com o advento e a institucionalização dos Estados-nação, no fim da Idade Média, a diversidade linguística conhece de novo um adversário poderoso na figura do poder real centralizado. As diferentes comunidades, regiões, ou pequenos Estados, são progressivamente obrigados a falar a língua do rei.

Este combate à diversidade linguística conheceu um aliado inesperado na descoberta de Gutenberg:

A impressão tipográfica ajudou a consolidar as identidades nacionais. Na linguagem oral, havia várias centenas de, por exemplo, línguas «inglesas», que eram dialetos mutuamente incompreensíveis. Mas, em letra impressa, eram poucos os que havia. Foi graças a este campo de comunicação que os falantes de inglês, francês, espanhol, italiano e alemão começaram, gradualmente, a tomar consciência de que pertenciam, cada um, a uma comunidade mais vasta de milhões de pessoas que nunca poderiam ter imaginado: uma nação.

Goldin e Kutarna (2019)

Capítulo II

De língua local a língua global

A bula papal de Alexandre III *Manifestis Probatum*, de 1179, que reconhece finalmente D. Afonso Henriques como rei de Portugal, vem formalizar uma situação de facto de domínio territorial do que é hoje a quase totalidade do território do nosso país. Esta luta pelo domínio do território levou ao nosso primeiro rei mais de quatro décadas, conhecendo avanços e recuos, quer sobre os territórios dos reinos vizinhos (Leão e Castela), quer, sobretudo, sobre os territórios na posse das forças árabes.

Se esta conquista e consolidação territorial foi lenta, a conquista da identidade linguística do novo reino foi, no entanto, muito mais lenta.

Realmente, «o tempo das línguas é um tempo longo, pelo que apenas se pode medir em séculos e às vezes em milénios», como bem demonstra Ostler (2005) na sua obra fundamental *Empires of The Word: A Language History of The World*.

No caso português, mesmo depois do reconhecimento papal da nossa independência como país, a

língua dominante manteve-se o galaico-português. Só por volta de 1400 a língua portuguesa conhece uma relativa autonomia, embora mantendo uma forte presença do castelhano nos textos impressos. «A abundância de castelhanismos nalguns dos primeiros livros impressos em língua portuguesa vem confirmar que em finais do século xv havia uma grande contaminação do Castelhana [...] Depois do Latim, o Castelhana foi a língua que mais contribuiu com empréstimos vocabulares nessa época.» (Machado, 2016: 222.)

Aliás, a primeira gramática de língua portuguesa, de autoria de Fernão de Oliveira, apenas surge em 1536, seguida, logo em 1540, da gramática do grande apologista da nossa língua, João de Barros.

Mesmo assim, o território nacional estava muito longe de ser o espaço de monolinguismo que hoje nos caracteriza. Várias línguas e dialetos proliferavam no nosso país, situação que justifica o édito real de D. João, em 1656, que se transcreve de seguida:

D. João por graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves d'aquem e d'alem mar, &c. &c. Faço saber aos que esta minha Lei virem, que sendo-me pedido pelos Tres Estados do Reino nas Cortes que tive aos Povos os anos de 1641, e 43, que conviria que os Médicos, e Cirurgiões fossem obrigados receitar aos Boticarios as purgas, xaropes, e medicinas, que mandarem tomar aos enfermos, em linguagem Portugueza, que as entendessem todos, e o pêzo se não puzesse por cifra, e se não ter até agora executado esta proposta, que aprovei por Resolução Minha,

de que Sou informado podem resultar grandes inconvenientes, e prejuízo a Meus Vassallos; por se evitarem ao diante, Me-praz, e Hey por bem que do dia da publicação d'esta minha Lei se receitem pelos Médicos, e Cirurgiões d'este Reino, e suas Conquistas em letra e lingua vulgar as purgas, xaropes, e mezinhas, que mandarem tomar aos enfermos; e os ditos Médicos, e Cirurgiões, que receitarem estas mezinhas, sem ser em lingua Portugueza, incorrerão na pena de cincoenta cruzados cadaúm, ametade para o acusador, e a outra para o Desembargo do Paço: e os Boticários que aceitarem as receitas em outra forma incorrerão outro si em perdimento das medicinas para a Botica do Hospital de todos os Santos d'esta Cidade de Lisboa. E para que venha a noticia de todos e não se possa alegar ignorancia, Mando ao Meu Chanceller Mór a faça publicar na Chancellaria.

Direito Pharmaceutico Portuguez, n.º 76, p. 55

O caso mais interessante de presença do multilinguismo tardio é o da permanência da língua árabe numa parte da população portuguesa. A este propósito, Paulo Feytor Pinto afirma que «até finais do século XVI, o árabe foi língua materna de muitos portugueses. Em 1774, foi publicada a primeira gramática portuguesa do árabe e, entre 1844 e 1860, foi possível, em Lisboa, aprender árabe no ensino secundário público» (2010: 28).

Não deixa de ser paradoxal constatar que uma língua tão frágil e com uma autonomia e identidade tão recentes se transforme, por via das descobertas marítimas, na primeira língua franca internacional

Capítulo III

Dimensão económica da língua

O conhecimento e partilha de um idioma, antes objeto de estudo por parte de linguistas, antropólogos, sociólogos e psicólogos, recebeu o interesse recente dos economistas. Dois temas, em particular, emergiram: a língua como capital humano e a língua como facilitadora das trocas comerciais. Adicionalmente, a língua é também facilitadora do investimento estrangeiro, das migrações, do turismo e da mobilidade dos estudantes.

Por que razão estamos dispostos a investir no conhecimento de uma segunda língua? Em que fases da vida ou com que competências complementares consideramos mais importante conhecer uma língua estrangeira? Por que razão há mais pessoas a aprender o inglês que o suaíli? E como podemos explicar o interesse recente pelo mandarim?

Embora os fatores puramente hedónicos ou afetivos sejam relevantes, existe uma explicação económica para estas escolhas. O valor do conhecimento de uma língua está relacionado com o número e a riqueza dos seus falantes. Os economistas usam um

conceito – economia de «massas» – comum no setor das telecomunicações ou das redes sociais, para caracterizar o potencial de uma língua específica. O conhecimento de uma língua faz parte do capital humano e é um investimento que pode ser rendibilizado pela sua utilização futura, no trabalho, em negócios, viagens, etc. Se duas pessoas conhecerem línguas diferentes (não partilhando nenhuma), terão muita dificuldade em comunicar ou estabelecer acordos, comerciais ou outros. A partilha de uma língua comum, mesmo que não seja nativa para nenhuma das partes, reduz esta dificuldade, na proporção direta do respetivo domínio. Na Índia, onde o híndi está pouco disseminado nos estados do sul, o inglês é frequentemente usado para permitir a comunicação entre falantes dos muitos idiomas existentes naquele enorme país.

A importância económica da língua foi reconhecida pelos fundadores da economia: Adam Smith preocupava-se já com a eloquência e estilo no uso da língua em comunicação oral e escrita dada a sua importância para o desenvolvimento humano e o comércio entre indivíduos (Dulfano, 2013). No entanto, o estudo empírico do valor económico da língua só teve o seu início na segunda metade do século xx, sendo o estudo de Marschak (1965) reconhecido como o trabalho pioneiro na análise do valor económico das línguas.

A situação dos imigrantes que não partilham a língua do país recetor foi um dos campos onde se registou uma utilização mais precoce da análise económica. Lazear (1999) verificou que os rendimentos dos imigrantes latino-americanos que dominavam a língua inglesa nos EUA atingiam valores

substancialmente superiores aos dos outros emigrantes latinos que apenas conheciam o espanhol. O seu estudo sobre «Língua e Cultura» inspirou-se no trabalho de Gary Becker sobre a economia da discriminação, tendo concluído que facultar a aprendizagem da língua do país recetor é um dos instrumentos mais poderosos para facilitar a integração de imigrantes oriundos de outras zonas linguísticas.

Diversos estudos incidiram sobre o impacto salarial do conhecimento de uma língua. Grin (2003) verificou que os rendimentos dos trabalhadores suíços que conheciam a língua inglesa eram superiores aos dos seus compatriotas que não a dominavam para grupos comparáveis. Os salários de trabalhadores com conhecimentos «bons» ou «elevados» de inglês eram superiores em níveis que variavam entre 18 e 39,5 %. No entanto, nos cantões francófonos, o conhecimento do alemão, a língua mais usada na Suíça, revelou-se ainda mais valioso que o do inglês.

A este respeito, atentemos na análise de Chiswick e Miller (1995):

As competências linguísticas são uma importante forma de capital humano. Satisfazem os três requisitos básicos do capital humano: elas estão incorporadas na pessoa; são produtivas no mercado de trabalho e/ou no consumo; e são criadas através do sacrifício de tempo e dinheiro. Competências na «língua materna» são adquiridas na juventude. Nesta fase, os investimentos são feitos, em grande parte, pelos pais ou cuidadores. Esta é uma fase da

Capítulo IV

Em busca de uma ordenação de línguas globais

«Cada língua [...] é a língua mais importante do mundo – para os seus falantes.»

Weber (1999: 22)

1. Ponto de partida e limitações de análise

De acordo com o Ethnologue (na sua 22.^a edição, divulgada em fevereiro de 2019) – o maior *site* mundial dedicado exclusivamente à expressão mundial das línguas –, existem, atualmente, 7111 línguas vivas, variando entre uma escala meramente local até outras de dimensão global. Essa base de dados relativa às línguas faladas a nível mundial constitui o nosso ponto de partida e fonte central de informação no que respeita ao número de falantes e sua distribuição no mundo. Assumimos deliberadamente esta fonte como única, apesar das críticas que lhe possam ser feitas, de maneira a assegurarmos uma informação uniforme para todas as línguas em análise¹.

1 Neste capítulo utilizamos o Ethnologue como fonte comum para permitir a comparabilidade dos dados a partir de uma única fonte.

Segundo essa fonte, existem 94 línguas com mais de 10 milhões de falantes, o que equivale a apenas 1,3 % do total de línguas mas a mais de 80 % dos falantes. Se reduzirmos o limiar para 1 milhão de falantes, o Ethnologue² indica a existência de 407 línguas, faladas, conjuntamente, por aproximadamente 95 % da população mundial.

Tendo em vista assegurar o necessário equilíbrio entre representatividade e capacidade informativa, torna-se indispensável assumir uma forma de circunscrever a análise a um número mais limitado de línguas, sem, contudo, perder abrangência na respetiva cobertura de falantes a nível mundial.

Com essa finalidade, o nosso segundo ponto de referência é um dos escassos estudos que procura estabelecer uma hierarquização das principais línguas: o Power Language Index (PLI), elaborado por Chan (2016). O PLI visa captar a influência das línguas, recorrendo, para tal efeito, a uma lista de 20 variáveis de natureza fundamentalmente macro, agrupadas em 5 categorias, que o autor denomina como «oportunidades» criadas pela língua: geografia, economia, comunicação, conhecimento e *media* e diplomacia. Em termos globais, são avaliadas 124 línguas neste trabalho.

Face ao estudo de Chan, aquele que aqui se desenvolve possui três importantes vantagens e um elemento diferenciador. No plano das vantagens, cabe destacar: (i) uma mais ampla cobertura em termos das variáveis incluídas, tendo em vista caracterizar as línguas e os países em que elas são

2 <https://www.ethnologue.com/>

faladas; (ii) a inclusão simultânea de variáveis de natureza macro e micro, assegurando um maior detalhe na análise, e (iii) a apresentação de três ordenações diferenciadas em função de visões alternativas subjacentes à sua construção. Adicionalmente, a abordagem aqui desenvolvida visa – como o título do presente capítulo procura elucidar – construir uma ordenação das línguas atendendo expressamente à sua natureza global.

Como critério de inclusão/exclusão no presente estudo, incluímos na nossa análise as línguas constantes da ordenação final produzido por Chan (2016) que possuem, pelo menos, 1 milhão de falantes de língua materna. Desta forma, como se sintetiza no gráfico 4, tomamos em consideração um total de 110 línguas.

Gráfico 4 – Abordagem seguida para a construção dos ordenações de línguas



Um total de 30 variáveis são consideradas para hierarquizar as diferentes línguas, sendo cada uma delas normalizada para uma escala 0:100. Após este procedimento, os índices dimensionais resultam da média simples das variáveis que compõem a dimensão em apreço. Um valor máximo de 100 numa dimensão corresponde, portanto, ao caso em que uma língua ocupa o 1.º lugar em todas as variáveis dessa dimensão.

Como qualquer abordagem metodológica, também a que aqui adotamos padece de algumas

Capítulo V

As redes do Instituto Camões e dos centros culturais do Brasil e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP

1. A missão do Camões, I. P.

Ao Camões, I. P., instituto assim denominado desde a junção do Instituto Camões com o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento em 2012, se deve uma parte significativa da afirmação da língua portuguesa a nível internacional. Sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, este instituto tem a responsabilidade de executar e coordenar a política de cooperação e de divulgação da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro.

Tal como os seus homólogos, dos quais cabe mencionar o British Council para o caso do inglês, a Alliance Française e o Institut Français para o francês, o Goethe-Institut para o alemão, a Società Dante Alighieri para o italiano, o Instituto Cervantes relativamente ao espanhol e, mais recentemente, o Instituto Confúcio em relação ao mandarim, também o Camões, I. P., dispõe de uma rede de instituições no mundo que lhe permite promover o português enquanto língua global. É sobre esta sua rede que trata o presente capítulo. Antes, porém, trataremos de descrever a sua missão.

A importância de um instituto desta natureza começa, desde logo, com o apoio aos vários países nos quais o português é língua oficial. Este apoio, destinado aos nove Estados que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), também ela um porta-estandarte do português, é realizado de diversas formas, nomeadamente através da atribuição de bolsas, de oferta de diversos cursos nos diferentes níveis de ensino, da criação de plataformas de informação, da formação de quadros e da essencial formação inicial e contínua de tradutores e professores de português, seja enquanto língua materna, seja enquanto língua segunda, que requerem abordagens e aprendizagens distintas.

O apoio do instituto não se esgota nos países da CPLP, estendendo-se também às comunidades de língua portuguesa fora dos países em que esta é língua oficial. É por isso que a rede de instituições do Camões, I. P., se encontra presente nos principais países de destino da diáspora de Portugal (e restantes países da CPLP) e dá especial atenção ao ensino do português como língua de herança.

Numa outra vertente do ensino, uma aposta forte por parte do Camões, I. P., passa pela tentativa de integração do português, enquanto língua estrangeira, nos currículos escolares do ensino básico e secundário de vários países estrangeiros, espalhados por diversos continentes, tendo esta abordagem vindo a dar bons resultados¹.

1 As metas estabelecidas para Portugal, pelo Camões, I. P., são que o português passe a ser lecionado como língua de opção no ensino básico e secundário em 32 países do ano letivo de 2019-2020.

Capítulo VI

Perceção e uso do português pelos estudantes do Camões, I. P.

1. Introdução

O interesse pela aprendizagem e estudo da língua portuguesa tem vindo a aumentar nos últimos anos, de acordo com estudos na área, nomeadamente os dados disponibilizados pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, e também os testemunhos de especialistas na área.

Adelino Sousa, professor que se dedica ao ensino da língua portuguesa em oito escolas da região de Paris, em entrevista ao *DN online* de 27 de abril de 2018, nota que aumentou o interesse pelo ensino da língua portuguesa nos últimos anos. Segundo o seu testemunho, cada vez mais há alunos que não são de origem portuguesa e que se inscrevem para aprender português, o que o entrevistado relaciona, em grande parte, com a mudança do estatuto de ELO - Ensino de Língua de Origem. Assinado em 2017, o novo acordo entre Portugal e França determinou

que o estatuto do português passasse a ser EILE - Ensino Internacional de Língua Estrangeira¹.

Em entrevista à LUSA *online*, a 30 de novembro de 2018, o embaixador Luís Faro Ramos, presidente do Camões, I. P., afirma: «Neste momento estamos em mais de 20 países com o português integrado nos currículos de escolas públicas ao nível do secundário, por isso chegaremos sem grande esforço, daqui por 4 ou 5 anos, aos 30. Assim, passamos dos 15 que tínhamos em 2017 para 30.» No mesmo artigo, refere-se ainda uma afirmação do ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, em setembro, de que o Governo queria «a breve prazo» duplicar o número de países com o português como língua internacional de opção no ensino básico e secundário, passando para 40.

Para melhor enquadrar esta evolução, é fundamental perceber as motivações dos estudantes para a aprendizagem do português como segunda língua. Na obra *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, coordenada por Luís Reto (2012), refere-se explicitamente que esse maior interesse tem sido atribuído à procura de quadros técnicos para trabalhar em países de língua oficial portuguesa, nomeadamente o Brasil e Angola. Contudo, não há evidência de que sejam essas as motivações para o estudo e o uso da língua portuguesa.

Nesse sentido, neste capítulo, apresentam-se os principais resultados e a análise de três

1 Dispositivo Enseignements Internationaux de Langues Étrangères/Ensino Internacional de Línguas Estrangeiras (EILE), em substituição de Enseignements de Langue et Culture d'Origine/Ensino de Língua e Cultura de Origem (ELCO)

inquéritos aplicados a estudantes do Camões, I. P., nomeadamente:

Inquérito de 2008, aplicado presencialmente a 1263 estudantes de língua portuguesa no estrangeiro (várias regiões do mundo, nomeadamente: Europa Ocidental, Europa de Leste, África, Ásia, América do Norte e Latina, CPLP) e cuja análise está disponível na obra *Potencial Económico da Língua Portuguesa* (2012);

Inquérito de 2016/2017, aplicado *online* e presencialmente a 1186 estudantes de língua portuguesa no estrangeiro (várias regiões do mundo, nomeadamente: Europa Ocidental, Europa de Leste e Norte, África, Ásia, América do Norte e Latina, Médio Oriente), cuja análise não foi publicada;

Inquérito de 2018, questionário *online* aplicado a 190 estudantes língua portuguesa no estrangeiro (nomeadamente em 7 países africanos não-lusófonos: África do Sul, Costa do Marfim, Egito, Nigéria, Quênia, República Democrática do Congo e Tanzânia) e cuja análise está disponível no *Relatório Empregabilidade em África e Competências Linguísticas: O Caso da Língua Portuguesa* (2019).

Por serem inquéritos com naturezas, formas de aplicação e amostragem muito distintas, não podem ser analisados de forma comparativa, mas apenas descritiva. Porém, na ausência de dados mais sistemáticos, estes afiguram-se como muito relevantes para fornecer um retrato que nos permita tirar algumas conclusões sobre as razões, as motivações e os valores associados ao interesse pela língua portuguesa entre os estudantes estrangeiros, essencial para a compreensão do seu papel enquanto língua

Considerações finais

A rápida visita que acabámos de efetuar à formação, apogeu, declínio e renascimento da língua portuguesa mostra-nos bem a fragilidade dos «reinados» linguísticos e as vicissitudes históricas a que estão sujeitos.

No caso da língua portuguesa podemos afirmar, com base em cerca de sete séculos de história, que estamos perante um caso ímpar no universo linguístico moderno.

A partir de uma afirmação difícil face ao galego, ao castelhano e ao latim e apesar dos percalços históricos dos últimos quinhentos anos (incluindo a perda da independência para Castela) a língua portuguesa conseguiu alcançar um lugar inquestionável entre as dez línguas mundiais mais importantes da atualidade, independentemente dos critérios utilizados para construir essa hierarquização.

É um caso único entre todas as comunidades linguísticas modernas, dado que a sua base de partida foi, de longe, a mais pequena, como demonstrámos nos capítulos iniciais. Quando a China já tinha mais de 100 milhões de habitantes ou a vizinha

Espanha 6,8 milhões, o pequeno Portugal rondava apenas 1 milhão de habitantes. Nenhuma projeção poderia supor que cinco séculos depois haveria mais de 260 milhões de falantes e que no fim deste século este número poderá ter duplicado.

Apesar da enorme expansão da nossa língua que acabámos de constatar, enfrentamos ainda enormes fragilidades na nossa comunidade linguística, mas também é necessário dizer que as suas potencialidades não são menores. Vejamos as maiores fragilidades.

A primeira grande fraqueza para a maior imposição do português a nível mundial prende-se com as fragilidades económicas dos países que integram a CPLP. Os dois grandes países africanos (Angola e Moçambique) enfrentam ainda níveis de desenvolvimento económico e humano muito abaixo do seu potencial e o Brasil, hoje a nona potência económica do mundo, não teve o crescimento económico previsto que apontava para que hoje fosse já a quinta economia mundial. Por seu lado, Portugal foi um dos países mais atingidos pela recente crise económica e só agora começou a alcançar os níveis de desenvolvimento pré-crise.

Esta fragilidade económica provoca três grandes efeitos. O mais imediato é a diminuição do «valor de mercado» da língua. Ou seja, quanto mais ricos e influentes forem os países que falam uma determinada língua, mais valor essa língua tem para os falantes segundos dessa língua e, portanto, maiores os investimentos que estarão disponíveis para fazer na sua aprendizagem.

Uma segunda consequência direta reside na falta de investimento em larga escala para aplicar

O livro **O ESSENCIAL SOBRE
A LÍNGUA PORTUGUESA COMO ATIVO GLOBAL**

é uma edição da

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

tem como autores

NUNO CRESPO, LUÍS RETO, JOSÉ ESPERANÇA, RITA ESPANHA E FÁBIO VALENTIM

e como coordenador

LUÍS RETO

com design e capa do atelier

SILVADESIGNERS

paginação de

UPPERCASE 2020

revisão da

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA.

Tem o ISBN **978-972-27-2845-4**

e o depósito legal **469 403/20.**

A primeira edição

acabou de ser impressa no mês de **JUNHO**

do ano de **DOIS MIL E VINTE.**

CÓD. 1023986

Imprensa Nacional

é a marca editorial da **INCM**

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

Av. de António José de Almeida

1000-042 Lisboa

www.incm.pt

www.facebook.com/ImprensaNacional

prelo.incm.pt

editorial.apoiocliente@incm.pt

O E S S E N C I A L S O B R E

A Língua Portuguesa como Ativo Global

Luís Reto, Nuno Crespo, Rita Espanha,
José Esperança e Fábio Valentim

Menos de uma dezena de línguas no mundo pode hoje reivindicar o estatuto de língua global, e a língua portuguesa encontra-se nesse restrito grupo. Esta é uma ordenação de línguas que não se reduz apenas ao número de falantes mas que integra várias outras dimensões, como indicadores económicos, de influência ou de dispersão geográfica de cada comunidade linguística. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa possui, assim, um património comum, pertencente por inteiro a todos os seus falantes, que a todos pode trazer vantagens, quer nas relações bilaterais, quer na cena mundial.

ISBN 978-972-27-2845-4



C CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS